



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 16/05/07

Assessoria do Plenário

RQ 299 / 2007

REQUERIMENTO Nº (Do Senhor Deputado Cabo Patrício)

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 299 / 07
Fis. Nº 01 Paulo

Protocolo Legislativo para registro e, em se
nada, a Câmara Legislativa, por intermédio do Gabinete
do Presidente da Câmara Legislativa, em 17/05/07.

[Assinatura]
Assessoria do Plenário

**Requer informações ao Senhor
Secretário de Estado de Transportes
do DF sobre concessões no Sistema
de Transporte Público Alternativo
do DF – STPA.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Solicito, nos termos do art. 40 do Regimento Interno desta Casa, que seja enviado o presente Requerimento de Informações ao Secretário de Estado de Transportes do DF, com as seguintes indagações:

1. Quais as pessoas identificadas por essa Secretaria detentoras de mais de 20 (vinte) permissões ou concessões do Sistema de Transporte Público Alternativo do DF – STPA, para operar vans?
2. Quais os policiais militares identificados por essa Secretaria detentores de permissão ou concessão do Sistema de Transporte Público Alternativo do DF – STPA, para operar vans?

JUSTIFICAÇÃO

O Secretário Alberto Fraga concedeu entrevista ao Jornal da Comunidade, no último dia 11 de maio, em que, respondendo sobre o que a Secretaria encontrou no cadastramento que fez das vans do transporte alternativo, afirmou que *“o que está aparecendo como surpresa é o nome de algumas pessoas,*

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 17/05/07 às 18:00
<i>Wellington 16965</i>
Assinatura Matrícula

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

inclusive do governo passado, donos de 40, 50 e até mais concessões no sistema”.

Ao ser indagado sobre o nome dessas pessoas, disse: *“no momento eu não posso informar os nomes, mas tudo indica que a relação do governo passado com estas permissões era uma coisa muito promíscua”.*

Em seguida, o Secretário admite haver policiais militares envolvidos com vans e diz que *“os policiais militares sabem que não podem ser permissionários. Em alguns casos estamos encaminhando processos até para a Corregedoria da PM”.*

Como se vê, as informações trazidas a público pelo Secretário são gravíssimas e exigem deste Poder Legislativo o cumprimento de sua missão constitucional fiscalizadora.

Além das questões relacionadas à segurança no trânsito da população, essas informações dizem respeito à legalidade dos contratos estabelecidos pelo Poder Executivo, matéria sujeita à fiscalização e ao controle desta Casa.

Dada a relevância social e jurídica do tema é que solicitamos as informações mencionadas.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2007.


DEPUTADO CABO PATRÍCIO

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 299/07
Fls. Nº 02 <i>Paulo</i>